

As finanças e a morte da utopia — a crise do Brasil*

Enéas de Souza

Economista da FEE.

Resumo

A questão na crise brasileira atual é o poder de Estado. Este artigo descreve o triunfo da estratégia das finanças sobre o projeto de desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave

Crise brasileira; finanças e política; poder do Estado.

Abstract

The question in brasilian crisis is the State power. This article describes the finance strategy thriumph over the social economic devellopment project.

Artigo recebido em 15 ago. 2005.

Escrever sobre a crise no meio da crise (ago./05) é como um problema de xadrez, uma aventura do intelecto para aqueles que querem interpretar a situação atual do Brasil, uma aventura em dois sentidos: num primeiro, o lado mais puro, excitante, aquele da especulação, da viagem, que nos traz a construção de hipóteses, portanto, a aventura da interpretação; e, num segundo sentido, quem sabe o ponto de maior risco, aquele da própria análise, porque, no momento em

* À Dilma Roussef, brilhante colega da FEE. Talvez não concorde com nada que aqui esteja escrito. Mas o texto não deixa de ser uma homenagem ao seu talento e à sua coragem.

que escrevemos, essa crise ainda não chegou ao ápice e nem sequer se descortina o horizonte provável da solução. Existem apenas cenários esboçados e alinhavados, que nos revelam algo, desde que consideremos as linhas de força, no teatro dos episódios, de forma amplificada, potencializada. Mas é preciso, mesmo assim, no provisório da hora, começar a expor o pensamento, destravar as idéias que interpretam.

Quando falamos de crise, de que estamos falando? Estamos falando de uma desorganização da dinâmica da sociedade dentro de uma realidade histórica constituída. Essa dinâmica é composta de diversos aspectos (econômicos, políticos, jurídicos, sociais, culturais, etc.) que se entrelaçam, conflituam-se, separam-se, enfim, que estão em contradição, criando obstáculos para o seu desenvolvimento, mas, sobretudo, que colocam em xeque o andamento de toda a sociedade. Como diria Shakespeare, "O tempo está fora dos gonzos", o que significa que as tensões no interior desses aspectos e entre eles, que se acumularam no curto e no longo prazo, vão ser solucionadas, geralmente com rupturas radicais, assumindo todos os aspectos citados, uma figura absolutamente nova na realidade histórica. A crise, em verdade, é a travessia, a passagem, o trânsito — e, nisso, ela tem um tempo próprio — de uma etapa histórica para outra. Por isso, quando estamos no meio da tempestade, no meio do oceano, no interior do desmanchar de uma configuração da dinâmica da sociedade para uma outra e distinta configuração, o que podemos fazer é tentar analisar as tendências que se estão movendo nas diversas esferas sociais e suas repercussões possíveis e tentar pesar, avaliar, o sentido dessas tendências e as possíveis alterações que vão emergir no todo da sociedade. No limitado de nossa condição de analista, nesse tempo histórico da sociedade brasileira, é isso que vamos fazer.

Devemos, então, apostar nos exames, nas considerações e no desenho que percebemos das tendências, com o objetivo de alcançar, inclusive, uma contabilidade, ainda que precária, da crise. O balanço dir-nos-á o que já entrou, como crédito e débito, para os diversos grupos sociais. Mesmo com a crise não tendo chegado a seu ponto máximo, a sinfonia já tem parte composta, embora inacabada, e é em cima da partitura já escrita que vamos fazer as nossas apostas interpretativas. Antes de tudo, vale, do ponto de vista estratégico, que é o nosso, acompanhar a evolução da peça em face da totalidade, porque é a única forma de compreender a história sem que a pensemos como coisa do passado. Os equívocos da neblina do momento podem ser reexaminados, corrigidos e completados, analítica ou teoricamente, quando o futuro se fizer presente.

Os jogos perigosos entre o ponto e a linha

A crise que começou no primeiro semestre partiu de pequenos acontecimentos e se desdobrou como uma longa serpente por uma selva de eventos que permitiram, a muitos analistas, falar de uma "crise sistêmica". No nosso exame, tratamos de colocar essa crise dentro de um enfoque mais amplo, ou seja, na profundidade da sociedade, no espaço subterrâneo onde se encontram, defrontam-se e atuam as verdadeiras forças do mundo social. Dito de outra forma, as crises do Executivo e do Legislativo, interligadas como estiveram, podem começar a encontrar o seu sentido, se olharmos mais além e se pudermos, como pesquisador, seguir os cordões que eram trabalhados nos bastidores e que provocaram a emergência de múltiplos fatos no teatro político. Se o cientista social quiser mergulhar nas causas verdadeiras, na natureza e na essência da crise, terá que cumprir uma jornada muito precisa e bem intensa, acompanhando a trajetória, o caminho, a travessia dos fatos, mas que nos leve a um outro cenário. Freud falar-nos-ia de "outra cena". Um cenário que está certamente colado ao cotidiano e que, no entanto, nos fala de um social que não é meramente descritivo, um social que une o visível e o invisível, o expresso e o não dito, o transcendente e o imanente, o ponto e a linha, os personagens e as forças sociais. É nessa dialética, nesse vai-e-vem entre a superfície e a profundidade, na verdade, entre duas faces do mesmo rosto, que o nosso olhar e os nossos conceitos, as nossas metáforas e a nossa interpretação vão se colocar. Esse exercício de relativa especulação só pode ser feito porque, embora existam pontos que ainda não apareceram, se seguirmos o vôo de longo prazo, o possível destino da linha, onde se esboça a trajetória, vamos ter a oportunidade de captar as tendências e a perspectiva da história, o que nos permite iluminar o campo de pouso através do qual passarão os traços dessa trajetória.

Nada poderá ser feito, sem que tenhamos a concepção de uma ciência social da conjuntura acoplada à longa duração. Resulta que, mesmo na incerteza dos efetivos resultados empíricos, há não um rumo pré-fixado, nem um determinismo, mas uma dinâmica na qual as forças em disputa se lançam em determinadas direções, em determinadas tendências. Só por essa razão, podemos analisar uma crise no meio da crise. Essas idéias significam que, de fato, podemos ter uma previsão, um cálculo, uma conjectura, parcial certamente, embora a decisão dos fatos só vá ocorrer, no concreto da situação, por meio de inúmeros personagens. O que o cientista social pode fazer é tentar, compreendendo as forças em jogo e os personagens em luta, construir uma idéia do que está sucedendo, dando inteligibilidade aos acontecimentos, quando tudo poderia ainda parecer um verdadeiro caos ou uma duradoura perplexidade. Sabemos, então,

que as tendências marcam a possibilidade de análise e de interpretação nas conjunturas na qual vivemos. E, para que possamos atuar sobre a história com algum sentido, torna-se mais que urgente descortinar e desenhar as suas tendências.

A hegemonia do imperialismo e o cerco de Tróia

Vamos avançar, agora, no nosso artigo através da pergunta: o que é que, de fato, nesta crise, sempre esteve em jogo? Talvez a resposta seja simples, mas ela tem nuances, e, portanto, leva um certo tempo para explicá-la. O que nunca deixou de estar em jogo, começamos respondendo, foi o Estado brasileiro, na verdade, o seu comando. E, nessa questão, tudo principia a se esclarecer, quando se discute a forma como foi disputado esse Estado, a evolução da moldura das forças em luta, das facções em combate. O Estado é uma realidade concreta e um ente histórico, mais claramente: como um campo de forças, distribuído em múltiplos níveis. Só que existe uma dada configuração a cada momento. É como se olhássemos a arquitetura do Estado e pudéssemos vê-lo como um móbile de Calder. Inúmeros pontos, quase infinitos, com diversos movimentos, alguns sinérgicos, outros dispersivos, sofrendo tensões giratórias e múltiplas pressões. Enfim, o Estado é um ser vibratório e dinâmico, instável, que se articula e se desarticula, forma em movimento, constituindo um processo histórico-social que lidera o curso de um povo.

O Estado brasileiro, a partir do Governo Fernando Henrique, foi lentamente consumido pela presença fatigante e obsessiva do capital financeiro. Estabeleceu-se um cerco movido pela necessidade de pagamento da dívida e dos juros. E, com isso, a estratégia das finanças internacionais, baseadas sobretudo nos Estados Unidos, foi reforçar uma dinâmica que se desdobrava a partir do Tesouro norte-americano e do FED. Deles, o elo prosseguia através do G-7, chegando ao epicentro da estratégia, o FMI, que, como um cão fiscalizador, patrocinava, via Consenso de Washington, uma ofensiva forte e poderosa, cirurgia definitiva, a favor da globalização liberalizante. Como um vento soprando em ritmo de furacão e de tornado, o que o capital internacional e o FMI buscavam era subjugar o Estado nacional, através da dívida externa. O componente ideológico principal dessa ação era a idéia de liberdade, a mais ampla possível, só que do capital.

Porém é preciso refinarmos esse ponto. Na verdade, ele faz parte de uma combinação nada tortuosa, que envolve as finanças e o Estado mais poderoso

do mundo. Isso quer dizer que a supremacia das primeiras sobre a economia e a política dos Estados Unidos da América permite que sejam usadas, pelo Estado norte-americano, organizações supranacionais (ONU, OMC, BIRD, BID, FMI, etc.), lideradas por ele, em benefício de duas hegemonias: a hegemonia política (com a sustentação militar) e a hegemonia econômica (liderada pelas finanças), constituindo o que muitos chamam de unilateralismo dos Estados Unidos, e outros, de imperialismo norte-americano. Importamo-nos muito pouco com essas terminologias. O que nos interessa, apreciando com exatidão o fenômeno, é que o Brasil, depois da dívida externa dos anos 80, esteve sempre e constantemente cercado. Dessa maneira, o que podemos dizer requer uma clareza: há uma geopolítica e uma geoeconomia que nos amordaçaram. O Estado nacional foi submetido a duas forças vivas e moldadoras: a política externa norte-americana (busca de expansão da democracia e do mercado) e as finanças internacionais (traduzindo, através da liberdade dos mercados financeiros, uma globalização com preponderância do dólar forte).

O resultado de todo o processo da dívida e do conseqüente monitoramento do FMI foi um cerco aguçado do Brasil. O programa imposto ao País aprofundou de modo inclemente o domínio pouco frugal das finanças, que penetraram no Estado nacional através de duas vertentes. De um lado, uma política econômica neoliberal, que provocou a consolidação de um controle macroeconômico da economia brasileira. Para tal, impôs uma política econômica restrita, que, abandonando as demais políticas ao campo microeconômico (desde a industrial até a tecnológica), se centrou na exclusividade monetária, financeira, cambial e fiscal. Como explicitação dela, ocorreu a liquidação da presença do Estado na produção e nos serviços sociais, deixando um vasto e farto campo para o avanço dos capitais privados. O objetivo foi claro: o domínio macrosocial da economia financeira e da economia estatal do País. Passamos, de outro lado, à segunda vertente, ao controle de modo prático, efetivo e de fato do Banco Central e do Ministério da Fazenda, instrumentos decisivos para gerir a política econômica fatal, ainda que a independência de direito do Banco Central não tivesse sido obtida. Este último propósito chega a ser quase irrelevante, pois a hegemonia da área econômica no Governo e a conseqüente ação do Banco sempre foram imperativas, desde a época de FHC. No Governo Lula, tal característica se manteve, e este é um dos condicionantes das rupturas políticas e da crise sistêmica no Brasil (que veremos um pouco mais adiante).

Para entender a crise, portanto, estabelecemos o primeiro ponto: o cerco dessa Tróia tropical, dessa Tróia latino-americana, o Brasil, através da gerência das dívidas externa e interna (esta para beneficiar aliados nacionais), com a imposição de uma política econômica neoliberal e da captura dos órgãos que

definiam a dita política econômica, o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Foi dessa forma que se penetrou dentro das muralhas do Estado, sitiando todo o País. Porque, nos resultados do Governo Fernando Henrique, existia a clara consciência de que o Estado nacional tinha se transformado em financeiro, com efeitos terríveis: crescimento medíocre do produto, desemprego endêmico, condições sociais de vida, saúde, habitação, educação, segurança, etc. em nítida desagregação. Foi contra isso que o PT ganhou a eleição. Para mudar.

É dentro desse quadro que se dá a campanha de 2002. Só que a concepção da esquerda, do PT e do povo brasileiro vinha na contramão, era diametralmente outra, formada dentro de um desenvolvimentismo social. E houve, como um *outdoor* imenso, um projeto ambicioso, o que não quer dizer uma estratégia, para a busca de uma autonomia relativa nas relações externas, para um certo desenvolvimento industrial com abundantes postos de trabalho, os famosos "10 milhões de empregos". Quem sabe, até a recuperação de um itinerário que lembraria a social-democracia. Estava em andamento um movimento anti-Fernando Henrique, um movimento antiliberal. Embora considerando o cerco das finanças, o projeto propunha a retomada nativa do desenvolvimento. Quatro pontos nítidos estavam postos: autonomia nacional, desenvolvimento econômico, crescimento do emprego e transformações das condições sociais, desde educação até o problema da fome (o célebre programa Fome Zero). E subjacente estava, evidentemente, um movimento antifinanceiro, que pretendia reaver as decisões nacionais, não liquidando a presença multinacional e das finanças, mas permitindo que o País se modernizasse, de modo associado, numa outra direção, distinta, mais nacional, menos estrangeira, nitidamente social.

Então, até aqui, estavam em jogo, na busca pelo domínio do Estado, duas perspectivas, dois projetos, não necessariamente duas estratégias: a financeira e a desenvolvimentista. Só que...

Tudo começa na política de alianças

Trazemos rapidamente para a boca da cena a questão da política de alianças na disputa de 2002, quando o PT abriu a sua embarcação para um duplo enlace. O primeiro, partidariamente expresso, quando lançou Lula e José de Alencar, este do PL, para os postos mais altos do País; e o segundo liame, uma aliança social, onde se pareciam articular o capital industrial e o trabalho, para sustentar o projeto desenvolvimentista. A adesão do empresariado foi lenta, mas acabou sendo quase integral, pois Lula era o homem, indiscutivelmente provado, que conseguiria aproximar-se fundamentalmente das massas. Essa combinação

trouxe ao prélio eleitoral um sucesso imbatível. Mas houve um episódio dramático, uma bomba oculta de retardamento, que mudou as causas do que veio depois: **A Carta ao Povo Brasileiro**.

A campanha eleitoral, como um rastilho de pólvora, terminou por empolgar a sociedade. Cada vez mais, Lula e o PT alcançaram novas e amplas camadas da população. Num momento determinado, o capital financeiro sentiu-se ameaçado pelas conseqüências futuras, e as finanças responderam com contundência, mostrando uma reação alérgica às propostas petistas na questão da dívida externa, sobretudo a idéia de eventuais quebras de contrato ou renegociações da dívida. Sentindo a possibilidade de perder o poder na área econômica, ainda na campanha eleitoral, foi feito um ataque fulminante ao Brasil. Primeiro, houve uma especulação contra o real, desvalorizando-o humilhantemente. Passaram a ser necessários quatro reais para comprar um dólar. Segundo, os bancos internacionais resolveram igualmente não renovar as dívidas brasileiras, fossem elas privadas, fossem públicas. A exigência de pagamento integral dos empréstimos foi a condição básica. Com isso, interrompia-se o crédito para o País. Terceiro, os bancos e os capitais internacionais decidiram suspender qualquer investimento no Brasil, o que provocava uma síncope no modelo liberal, o modelo FHC de desenvolvimento, que se sustentava no aporte de capital internacional. O pânico — noite sem estrelas — instaurou-se de forma aguda na sociedade e no Estado brasileiro, com a mídia colaborando para clarificar os efeitos sombrios — e possíveis — da retirada do capital forâneo. Houve, como não poderia deixar de haver, um efetivo desequilíbrio nas relações com o exterior, inclusive porque algumas manobras do Banco Central, na época, como o encurtamento do prazo dos títulos públicos, terminaram por criar condições difíceis ao futuro governo do Partido dos Trabalhadores. E aí surgiu a aliança, para não dizer o pacto mefistofélico, o pacto subterrâneo decisivo para compreender toda a evolução posterior da economia e da política no Brasil: a chamada **Carta ao Povo Brasileiro**. Nela, o PT e Lula comprometiam-se a não romper os contratos já feitos com as finanças internacionais. A conseqüência foi a adesão social, discreta, mas efetiva, do setor bancário nacional e das finanças internacionais, engrossando a avalanche eleitoral de Lula.

Eis a interpretação crucial: a política de alianças do PT acabou por congrega **um novo bloco político e social**. Triunfaram nas eleições uma combinação das finanças, do capital industrial, do capital comercial, do capital agrário e dos sindicalistas (representando a classe operária), os trabalhadores e a população em geral. Ou seja, não havia possibilidade nenhuma de o PSDB e seu candidato ganharem as eleições. Porém essa aglutinação de forças, com as presenças quase ocultas, para a população, dos bancos e das instituições financeiras

nacionais e internacionais no apoio a Lula, cobraria a sua fatura. Principalmente o aliado de última hora, as finanças, que, no ministério dos vencedores, conseguiu manter a cidadela que tinha, o duo Banco Central e Ministério da Fazenda, conservando desde a política econômica liberal até as equipes técnicas que dominavam as burocracias econômicas. Um lance de dados magistral e inigualável. Os verdadeiros donos do poder mostraram a sua astúcia, a sua força e as suas idéias. A praça pode ser do povo, mas o Banco Central e o Ministério da Fazenda são das finanças. Estava em marcha a continuação melhorada do projeto neoliberal para a área da economia. Podemos dizer: o desenvolvimento de uma acumulação financeira que emprega tanto uma política rentista quanto a apropriação de recursos fiscais, tendo como variável estratégica a taxa de juros.

Nesta parte do trabalho, quisemos salientar que foi a visão e a prática da política de alianças, tanto no nível partidário como no nível social, o que assegurou o poder e a vitória do Partido dos Trabalhadores e possibilitou, no concreto, a aliança com o seu adversário mais combativo, as finanças. E fez-se o malfadado pacto com o demônio, pois não haveria de haver incompatibilidade maior do que a estratégia das finanças e o projeto nacionalista. Ou, dito de outra forma, o pacto social acabou por destronar a aliança partidária. Revelou com exuberância e *ad nauseam* que, numa sociedade moderna, o capital financeiro tem o comando, colocando, com poder irresistível, todas as demais frações sociais subordinada aos seus interesses. A hierarquia social constrói, no atual capitalismo, uma arquitetura que impede rebeliões acentuadas e oposições frontais, o que constitui também base para aqueles que apostam na idéia de que a luta de classes terminou. Ao menos, é certo que, se ela não se encerrou, assumiu uma outra forma. Não mais a de conflito aberto, de antagonismo flagrante entre pólos opostos, mas de confronto de patamares distintos, onde existe, de fato, na configuração da luta, imposição estrutural e subordinação prolongada das demais frações da sociedade à financeira. É isso que dá a aparência de término da luta de classes. Assim, o que já acontecia na sociedade capitalista ocidental chegou ao Brasil. Percebemos, agora, com luz cintilante, que a imposição que vem de fora, jeitosa e como uma massa molenga, penetra, com e sem sutileza, no fundo da sociedade e do Estado brasileiro. O pacto de 2002 só confirmou essa assertiva.

O cair do horizonte utópico

O Partido dos Trabalhadores atravessou as disputas pela conquista do poder, no Brasil, no dorso da perda do horizonte utópico da revolução; perda que se efetuou nas lutas políticas pelas transformações sociais no Ocidente. São essas derrotas que explicam o enxugamento da hipótese revolucionária em prol da hipótese social-democrata, até chegar o momento em que as mudanças são detidas frontalmente pelas finanças. Sim, porque é preciso ter presente que há derrota nesse processo. Para sustentar o argumento, cabe, neste ponto, partir da queda do socialismo real — da implosão da União Soviética, do desmanche do Leste Europeu, da transformação da China, do isolamento da revolução cubana, etc. — e do triunfo do capital, na passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, para que se veja interrompido e fechado o caminho teórico e prático da revolução. No mesmo processo, consumou-se um progressivo desgaste da via reformista, sobretudo na Europa, e a interrupção de qualquer veleidade social-democrata no resto do mundo, representando aqui uma utopia menor.

Não que a história tenha terminado, mas ela não tem um futuro definido e não percorre uma linha já traçada. No caso do capitalismo, apesar de uma longa e vasta luta, a revolução perdeu os combates políticos, econômicos, sociais e culturais, de tal forma que, dada a vitória das finanças, a passagem para o socialismo e, mais precisamente, para o comunismo se tornou uma via bloqueada. E, como consequência dessa vitória do capital, o caminho da social-democracia também se interrompeu e retrocedeu, sobretudo a partir das políticas de Reagan e Thatcher. Para aqueles que são oposição ao capital, só lhes restaria encontrar ou descobrir uma outra forma de revolução, que não está no horizonte possível e provável dos tempos que correm. Naturalmente, durante a trajetória do PT, o afastamento do campo revolucionário e da linha reformista colocou-se para algumas das correntes internas e mesmo para o Partido como um todo. Por essa razão, voltar-se para um reformismo social, para a busca de uma social-democracia no Brasil, que chegou a parecer ter alguma chance política, ficou algo cada vez mais longínquo, após os anos financeiros de FHC e de seu precário social-liberalismo.

Assim, no quadro da eleição de 2002, a política de alianças conduziu o PT, após a **Carta ao Povo Brasileiro**, ironia pura, a uma situação de articulador de um bloco social comandado, na prática, pelo capital financeiro. Assim, devido ao enxugamento utópico e reformista, o Partido caminhou lentamente, sob a hegemonia de sua direção, para deixar de lado o seu projeto nacionalista, desenvolvimentista, e fixar-se num projeto de poder pelo poder. E esse projeto

de poder pelo poder significava a construção de um itinerário de intenso cunho pragmático: montar uma máquina política que pudesse permanecer no controle do Estado por longo tempo. Seria a forma de aceitar, usufruindo, o cerco e o sítio do capital financeiro ao projeto nacionalista. A política de alianças partidárias ter-se-ia transformado, na prática, numa política de aliança social, com as finanças jogando ao mar o projeto nacionalista (e qualquer visão de transformação socialista no longo prazo). Este último caminho nacional foi atrevidamente desmanchado por fora e por dentro. Por fora, com a manutenção do ataque financeiro e, por dentro, com a implosão do projeto nacionalista, através daquele do poder pelo poder. Com isso, o governo liderado pelo PT deixou de ter unidade estratégica, e a direção do Estado acabou por se fragmentar e se romper em três partes.

Por falta de estratégia também se morre

A temática fundamental dessa crise se desdobra a partir da desqualificação que faz a estratégia do capital financeiro em relação ao projeto nacionalista autônomo e desenvolvimentista. Podemos dizer que esse projeto não tem a capacidade de se tornar uma estratégia. O Governo não alcança uma unidade na sua concepção de futuro, um ponto de norte que possa orientar todos os seus órgãos e que funcione como um todo diante do adversário financeiro. Logo, não maneja uma orientação consolidada visando a uma transformação profunda do Brasil. Precisamos, assim, examinar, como essa unidade se partiu e se fragmentou e o modo como o projeto nacionalista e desenvolvimentista foi impedido de se desenvolver em estratégia. Nesse sentido, estamos enfatizando o triunfo, cada vez mais amplo, das finanças na forma de dominar um Estado nacional. Portanto, é decisivo entender que o confronto, progressivamente vencido por elas, foi o que provocou, estruturalmente, as possibilidades e a expansão da crise.

Isso quer dizer que as personalidades políticas que vão assumir as rupturas dessa fase são importantes; as trajetórias que o conflito e a tensão seguiram e seguirão são norteadoras; a trama que as figuras dramáticas vão tecer, igualmente; mas, se o desequilíbrio se espalha mais para um lado do que para outro, essa faceta tem características indeterminadas, às quais só os atores são capazes de dar solução, de precisá-las, na hora calorosa ou gélida dos seus lances e dos seus atos. No entanto, o espaço amplo e profundo que organiza o lugar das disputas, a configuração que faz os personagens se moverem e a estrutura que permite a flexão dos atores já estão dados e se evidenciam, como uma semente

em forma de caroço, quando se examina a natureza do processo e o leito onde correm as águas revoltas e voluptuosas do rio das mudanças.

E o que nós vamos perceber nesses anos do Governo Lula é um combate, onde a esquerda foi derrotada, onde o PT foi batido, onde o projeto nacionalista de desenvolvimento foi desarmado. A marca e o avanço das finanças ficou indelével na arquitetura do Estado. E foi esse confronto com o projeto nacionalista de desenvolvimento associado que culminou por desatar o desabamento da crise. Sem dúvida, a falta de uma estratégia efetiva que sustentasse esse projeto permitiu que a dança das cadeiras se fizesse ao ritmo da música da corrupção. E só poderia, porque, se as utopias desapareceram, se as classes que comandam o País estão agrupadas com as finanças, o que sobra para os partidos políticos — dados a fratura do Estado e o domínio do capital financeiro na política econômica restrita — é um projeto de poder pelo poder, um projeto puramente pragmático, ou seja, um projeto de mando e não um projeto estratégico.

A perturbante explosão da unidade

A partir do cerco das finanças, das abdições da utopia revolucionária e da utopia menor da social-democracia, o projeto de poder pelo poder contribuiu decisivamente para a desagregação da estratégia e do projeto nacionalista, inclusive, até mesmo de uma variante desta que fosse defensiva, mas que fustigasse a estratégia financeira. O efeito desse abandono provocou, na face unitária do Estado, uma ruptura irreversível, um esfacelamento, um esquartejamento, fragmentando a desejada unidade estratégica. Temos que analisar as fissuras que ocorreram e colher as faces fragmentadas de uma máscara perdida. O processo de desarticulação interno começou com a ruptura entre o movimento neoliberal das finanças (Banco Central e Fazenda) e os demais ministérios, que, na verdade, estavam desagregados entre si. Cada um deles, como membros descolados de um corpo central, visava alcançar os objetivos a que se propuseram na ordem de sua especialização, sem que houvesse necessariamente uma coerência entre eles. Uma segunda fissura emergiu da oposição entre o Ministério das Relações Exteriores, que mantinha fidelidade à estratégia e ao projeto nacionalista autônomo, e a estratégia financeira. Só que essa fissura não se dava como um conflito aberto, aparecia por meio de uma terceira fenda, o conflito entre a realidade externa do País e a sua realidade interna, absolutamente estilhaçada pela variedade de fins diferentes perseguidos pelos múltiplos ministérios.

Visto dessa perspectiva, o que percebíamos? Percebíamos que a unidade do Estado se partia em, pelo menos, três cabeças: a da área econômica, a das relações externas e a do agrupamento multifacetado da realidade interna da Nação, constituída pelos demais ministérios. A partir disso, houve uma outra cisão, agora noutra plano, transversal ao que descrevemos acima, que envolvia a condução do Estado, um corte na figura da Presidência, efetuando uma espécie de separação entre Chefe de Estado e Chefe de Governo. Nesse sentido, o Presidente Lula deslocou-se e foi deslocado lentamente para assumir a ficção, pelo menos até o estado atual das relações internacionais, de líder mundial e de representante da política externa do País. Noutra sentido, o Ministro José Dirceu inclinou-se, informalmente, para dirigir a política interna, todavia, sem autonomia plena. Porém era dentro dessa realidade que, suposição pura do analista, o Ministro empunhava a tarefa de exercer o projeto pragmático de poder pelo poder, fazendo um traço de união entre o Governo e o Partido, para estabelecer duas coisas: apoiar a constituição de maiorias nas votações, imprescindíveis ao Governo, e estabelecer a formação de uma máquina partidária, ou de uma base aliada, capaz de construir o poder pelo poder, um projeto político-partidário de domínio do Estado. Dito de outra forma, quando a grande política, que é estratégica, não articula o todo do Estado e cede para a pequena política, surge sempre, como uma orquídea negra e uma surpresa, a possibilidade da emergência de um tráfico político desvairado e de sinais inconfundíveis de corrupção. Parece que foi desse manancial que a água foi bebida.

O crepúsculo da estratégia nacionalista

Vimos que a presença das finanças no Banco Central e no Ministério da Fazenda bloqueou a unidade do projeto e da estratégia nacionalista, rompendo-a em três partes. Pelo menos uma delas se mantém e se move fiel à referida estratégia, o Ministério de Relações Exteriores. Naturalmente, havia, dentro do agregado dos demais ministérios, alguns que trabalhavam nessa direção, porém, ao que parece, não havia uma integração num movimento amplo e unitário. Desse modo, na arena dos gladiadores, percebem-se duas fortes linhas em divergência, com superioridade impositiva da estratégia financeira.

Se a economia buscava, com dores populares, alcançar um equilíbrio macroeconômico financeiro, com franca hegemonia do aporte do capital internacional, seja para proporcionar uma acumulação propriamente financeira, seja para realizar um desenvolvimento produtivo quase residual, os objetivos da Fazenda e do Banco Central eram que as contas internas e externas estivessem

relativamente controladas para o pleno desenrolar financeiro e sem nenhuma preocupação com as questões sociais. Não necessariamente em oposição frontal, porém em oposição discreta, mas efetiva, estava a política das relações exteriores, que tinha movimentos muito alentados, claros e muito competentes. Acentuava com notória evidência dois pontos: o Brasil como *global player* médio (e, portanto, interveniente nas conjunturas internacionais) e a tentativa de projetar o Presidente Lula como um líder no cenário mundial, reforçando o primeiro item.

Na sua ação, o Governo definiu uma adesão aos Estados Unidos, mas sem alinhamento automático. O exemplo mais claro é o caso da condenação da guerra ao Iraque — um equívoco norte-americano brutal —, porém sem deixar de criticar com ênfase o terrorismo internacional. Em continuação a essa independência, o Itamaraty fez uma estratégia de grande envergadura, para surgir como potência média. Primeiro, assumiu a liderança do Mercosul, deslocando-a, em seguida, para a Comunidade Sul-Americana das Nações (bloqueando, com essa troca, uma certa competição com a Argentina). Avultava, assim, a pretensão de ser o sol da América do Sul, na intenção de criar uma união regional, começando com projetos de infra-estrutura (estradas, gás, petróleo, portos, etc.), onde o Brasil seria o efetivo líder político e econômico. Outros aspectos reforçaram a pauta da política externa: o bloqueio da ALCA, a criação do G-3 (Brasil, Índia, África do Sul), o G-X, no caso da OMC, as relações com a China, com a Rússia e uma aproximação com a Índia, e uma tentativa de apoiar e de ser um parceiro político fundamental para a África. E, para coroar essa política, houve o lançamento de um programa contra a fome mundial, com apoio de Jacques Chirac, e a busca de um assento no Conselho de Segurança da ONU, o que consagraria o Brasil, de fato, como um *global player* médio — coisa, até agora, não conseguida.

Apesar da condução eficiente da política econômica, a implosão interna oriunda da crise do projeto de poder pelo poder, com a emergência do chamado "mensalão" e das três CPIs, trouxe o tema da corrupção, da crise do PT e do *impeachment* de Lula para o primeiro plano do palco. E, obviamente, a política externa interrompeu-se, como uma sessão de cinema em que faltasse luz, já que a luz era a estratégia nacionalista, desenvolvimentista, autônoma, abandonada em função da eficiência do bloqueio das finanças e pela incapacidade do Governo de sustentar uma unidade de Estado.

A política e o símbolo

É indispensável ver, nas múltiplas disputas e nos confrontos políticos, para dar um novo rumo às nossas análises, um elemento que, geralmente, a

esquerda — e particularmente o grupo que dirigia o Governo — não chegou a levar em conta. E não chegou a levar em conta por ter uma concepção por demais racionalista e positivista da política e do poder. Estamos, portanto, na absoluta incompreensão do papel do símbolo, sobretudo num momento extremamente complexo como foi o da vitória eleitoral do PT, sob o teto rebaixado da imposição da política econômica neoliberal das finanças. Nessa ocasião, emergiu um fenômeno social desperdiçado nas adversidades dos primeiros instantes. No momento da posse, pleno de felicidade, o Presidente Lula lançou o Programa Fome Zero, que colocou para o País a questão da dignidade básica da nação, a campanha da erradicação da fome no interior do Brasil. Ao propor o referido programa, o Governo objetivava a possibilidade de trabalhar e realizar um sonho de uma nação; um sonho de alimentação dos indigentes num país injusto; um sonho de um Estado que começasse a ser para todos, ao alcance da mão. A resposta imediata do País foi quase de júbilo. Apesar de alguma crítica, como aquela que falava da necessidade de fornecer empregos e não apenas comida, a expectativa era fantástica e trepidante. Até mesmo os poderosos e os ricos, até mesmo os industriais e os banqueiros estavam dispostos a conceder essa migalha, numa espécie de remorso social, contribuindo com alguma coisa, dinheiro ou bens, para solucionar o dito problema.

Além disso, o Fome Zero trazia a questão política fundamental: o sonho como unidade estratégica da ação do Governo. Assim, a erradicação da fome como norte da política poderia ter dado ao Governo não só o cimento para a união do País — que se rompe, em todo pós-eleitoral da sociedade capitalista contemporânea, entre o governante e os governados —, mas também o ambiente e o clima ideológico popular capazes de se contrapor a qualquer ideologia oposta, visceralmente aquela vinda das finanças, que exalta o darwinismo político do homem vencedor. O sonho em pauta seria o contraveneno. E teríamos, então, um atendimento político aos perdedores sociais, aos *losers*, fornecendo um sustentáculo simbólico de oposição às manobras permanentes da política econômica ligada às finanças e não ao bem comum. Pois foi a perda desse sonho — por incapacidade de compreensão do símbolo na política — que colocou, desde logo, sem qualquer possibilidade de reviravolta, o desmanche de qualquer unidade estratégica do Governo.

Confirmou-se, assim, que o projeto nacionalista não tinha de fato estratégia e que o símbolo que estava à disposição também foi desprezado, deixado de lado, como uma planta inocente e um produto inútil. Os pensadores da ação do Governo abandonaram, quem sabe, o elemento fundamental que lembraria sempre, aos seus adeptos e adversários, que o Governo tinha sido eleito pela nação e tinha um compromisso com 52 milhões de votos. Um recurso político e

ideológico de resistência e de combate. Ao nosso ver, no entanto, a razão progressiva do descuido com a presença do símbolo, independentemente da racionalidade e do positivismo da própria visão política, foi o voltar-se, dada a submissão ao capital financeiro, para um projeto de poder pelo poder, à sombra, como diria um Proust monetário, das finanças em flor.

Quando a corrupção entra na política

Queremos abordar aqui, quase sob a forma de parêntese e tocando apenas alguns traços, a conjugação entre política, poder e corrupção. A gravidade do que ocorreu com o PT, ou com o núcleo que dirigia o Governo e o Partido, foi que, além da liquidação da perspectiva utópica e mesmo reformista e da influência das finanças no cenário econômico e político, ele atuou de forma não ortodoxa na questão do poder. Introduziu a arma da sua *débâcle*, um sistema de corrupção ainda não totalmente esclarecido, no projeto pragmático. Supunha uma articulação Partido-Governo, montada numa oligarquia de políticos na direção partidária, e a necessária ocupação dos cargos públicos por seus seguidores em muitos níveis, de tal ordem que pudesse fazer a montagem tanto de um poder atual como de um poder futuro.

A questão do poder atual era muito simples. Na estrutura política do Brasil, o partido que consegue a vitória não tem necessariamente maioria no Congresso, o que supõe negociações sempre complicadas para as votações no Parlamento. Em vista disso, um misto de combinação de idéias políticas, de disciplina partidária e de favores (seja de cargos, seja de verbas, seja de compra pessoal) é uma prática corrente na política brasileira. O que pareceu novidade, na presente legislatura e na formação do que se chamou a base aliada, foi o "mensalão", instrumento da busca de uma unidade mais sólida e mais continuada para definir as maiorias nas votações. Mas o que se especula com mais acuidade está noutra audácia: a utilização de um projeto de poder de longo prazo, armado, como uma rede, em cima de um esquema monetário para garantir acordos políticos, definir campanhas, etc., como teria sido o projeto Sérgio Motta no Governo de FHC.

A transformação lenta da política em negócio dá-se no momento em que as finanças passam a assumir a hegemonia na sociedade ocidental. Nesse processo, ocorrem mutações na escala de valores e nas determinações éticas da sociedade, passando a ser o dinheiro o valor que ocupa o topo da escala. É dentro disso que podemos entender a transformação do poder no Brasil. E o alvo — registramos uma desabusada ironia com o partido que falava da ética na

política — era um esquema onde esse valor "dinheiro" poderia organizar, junto com as idéias políticas de esquerda, a conquista de um poder mais prolongado, a partir do qual poderia acionar uma determinada direção na política, dando consistência ao poder pelo poder.

Muitas coisas não foram esclarecidas nem tocadas. No caso do poder, seria preciso comprovar as múltiplas formas de existência, através de verdadeiras engenharias financeiras, de financiamentos do processo político, incluindo aqueles das empresas públicas e privadas. Para fazer uma análise completa da corrupção na política, haveria que se desentranhar, igualmente, a vasta presença das empresas privadas no Estado, sobretudo no fenômeno da privatização do setor público.

O balanço provisório dos espaços da política

Na luta social, econômica e política, as forças estão sempre em relação umas com as outras, estão sempre em oscilação, avançam, recuam, confrontam-se, combatem. Sabemos também que a posição estrutural dessas forças está definida, embora os eventos propriamente ditos e a direção concreta das tendências ainda não estejam totalmente elaborados. Como já falamos, o desenlace nem sequer está esboçado, pois as peripécias, como os fornos, ainda têm muita lenha para ser queimada. Política é negociação, imposição, submissão, jogo, ardil, ruptura ou continuação das disputas. Trata-se de uma dinâmica sem fôlego, na qual os resultados e as conseqüências se vão compondo, organizando-se e configurando-se. Mas, no nível estrutural, algumas forças triunfam, outras se equilibram, as demais perdem. E é um pouco essa realidade que pretendemos vislumbrar e sobre a qual dar algumas pinceladas, como um artista faria em um de seus quadros, promovendo as figuras e o fundo, que ficaram e ficarão. Vamos fazer uma pequena, mas decisiva, contabilidade. Há um lado trágico dos acontecimentos, embora exista comédia em toda tragédia. Alguma coisa já se tornou irreversível, outras estão na categoria de iminentes, tratamos, então, de encaminhar um primeiro e rápido balanço.

Primeiro ponto: a vitória, nessa crise toda, está, inexoravelmente, do lado do capital financeiro, mesmo que ele tenha ficado apenas balizando os eventos. Como decorrência, a burocracia vinculada à área econômica também foi outra que conquistou um mais amplo espaço. Com isso, queremos dizer que o cerco foi, de fato, exitoso e apertou mais um pouco a economia brasileira. Lembramo-

-nos de Mr. Snow, titular do Tesouro norte-americano, em visita ao Brasil, dizendo que os capitais, os aplicadores, estavam satisfeitos com o País, que a crise política não afetaria a confiança dos investidores. A robustez do triunfo comandava a compreensão do espetáculo. E o efeito presente desse cerco foi, sem dúvida, tanto pôr em xeque o sistema político brasileiro, como provocar a derrota do partido de esquerda, que ainda tinha veleidades do ponto de vista nacionalista e desenvolvimentista, criando um cordão de isolamento entre o Partido e o Presidente. Nesse sentido, as finanças levaram o prêmio e o bônus, enquanto o "mico" ficou com o PT e com todas as frações de esquerda. De outro lado, como as finanças dominaram o Banco Central e a Fazenda, o triunfo pertence também à burocracia dessas áreas. O primeiro troféu, absolutamente significativo, é a manutenção, e provavelmente a ampliação, da política econômica, pois foi ela uma das grandes virtudes para a continuação da estabilidade da economia dentro da crise política. Por essa razão, o primeiro ponto radica-se na concretização da hegemonia do capital financeiro e na reafirmação de sua política, a política econômica neoliberal.

Ainda dentro desse ponto, vejamos, por sua vez, um dos aspectos da conquista dessa burocracia, ainda durante a crise, que obviamente leva água ao moinho do capital financeiro na busca do controle do Estado nacional: a criação da Receita Federal do Brasil. Ela, que leva o nome fantasia de Super-Receita, culmina por fazer a fusão da Secretaria da Receita Previdenciária, vinculada ao Ministério de Previdência Social, e da Secretaria da Receita Federal, ligada ao Ministério da Fazenda. Isso significa, mais do que nunca, a hegemonia da Fazenda na questão da racionalização da arrecadação de tributos federais, na integração dos sistemas de informação, na busca de diminuição da sonegação, no controle de um "buraco negro" do Estado brasileiro. Essas alterações surgiram no exato momento da mudança do Ministério de Lula, e a agregação das duas receitas foi efetuada, não diríamos exatamente na calada da noite, mas sem que tivéssemos contemplado maiores debates e amplos comentários. Palmas à eficiência da burocracia fazendária.

Segundo ponto: a derrota frontal da esquerda e do Partido dos Trabalhadores. O que fica claro é a impossibilidade da primeira de produzir uma estratégia, seja de metamorfose do modo de produção capitalista, seja de uma reforma dentro da democracia própria do capitalismo. Concomitantemente, mostram-se visíveis duas características, como efeito atual de suas ações: a fragmentação permanente dos seus grupos e partidos e a incapacidade teórica e prática de estabelecer uma estratégia bloqueadora ou transformadora do capitalismo financeiro, o que significa que inexistente uma estratégia de longo prazo, hoje nem sequer pensada, salvo como um desejo ou uma vontade sem racionalidade, ou, então, como uma

insuficiência na formulação dessa estratégia. Esta última termina por cair na luta do poder pelo poder, uma proposta sem valores de futuro social e que arrasta a esquerda para uma luta fratricida ou para um auto-engano ideológico, disfarçando a simples assunção ao poder do Estado. Logo, na questão estratégica, a esquerda acabou por vacilar e perder o rumo. A consequência será, certamente, a enorme desilusão, o vasto desânimo e o grande fracionamento dessa força. E o PT, totalmente batido pela negativa de sua superioridade ética em relação aos outros partidos e também pelo absoluto domínio da oligarquia na direção partidária, excluindo uma democracia interna, colherá um vasto decréscimo de militantes, de simpatizantes, ou seja, uma perspectiva de recuo significativo de eleitores. A vitória do capital financeiro correspondeu à derrota da esquerda e do Partido dos Trabalhadores. E, no limite mais amplo, da população, que teve a sua representação descartada e suas esperanças incrivelmente adiadas.

Terceiro ponto: os capitais que foram na esteira da liderança social e político-partidária do PT, como os capitais industriais e agrícolas e do setor serviços, sabem, hoje, qual é o comando efetivo da sociedade. Não podemos dizer que foram integralmente derrotados, pois acabaram por ficar alinhados com as finanças. De qualquer modo, a busca de mudanças na política econômica, tipo baixa da taxa de juros, seja para investimento, seja para capital de giro, ou tipo atenção primordial à distribuição da renda, aumento de emprego e acréscimo substancial do mercado interno, adquiriu um estatuto de passado ou de sonho de uma noite de verão. Nisso, foram batidos. Mas o capital financeiro tem função para eles; servirá intensamente para solucionar as contas externas (saldos da balança comercial por exemplo), incrementar a produtividade do sistema e canalizar uma parte da lucratividade para aplicações no mercado financeiro, etc. Ou seja, na fase da hegemonia das finanças, cabe aos demais capitais comporem-se com elas. Já era assim no tempo de Fernando Henrique, será mais ainda nos tempos de hoje e de amanhã.

Quarto ponto: o desfecho dessa crise está, no plano político, na exigência de reformulação do atual sistema brasileiro. Existem muitas coisas que requerem alterações, como financiamento de campanha, lista fechada ou aberta, voto distrital, fidelidade partidária, etc. Nessa crise, esses ângulos demandam soluções, para que fiquem claros e nítidos, como os conceitos cartesianos ou os céus de verão. Antes de tudo, a integridade ética do sistema está ancorada na possibilidade inacreditável do autofinanciamento ou do financiamento privado legal para as campanhas políticas. Se atentarmos para a realidade do financiamento não legal, chegamos à conclusão de que se trata de um convite quase explícito para a corrupção. A política passa a ser, então, uma mercadoria para o setor privado. E, depois das eleições, durante a legislatura, há igualmente uma

possível integração de frações do empresariado com o Legislativo, através da "compra" do apoio de políticos a projetos que as beneficiem. Há que encontrarmos uma adequação de modernidade entre o triunfo do capital financeiro e a organização do Executivo e do Legislativo, embora saibamos, e Machado de Assis já mostrou à sociedade, que uma das notas da brasilidade é a postergação.

Quinto ponto: a reforma do sistema político desemboca em algo mais proeminente, porque traz também a exigência de uma reforma do Estado, uma exigência fundamental para ultrapassar a arquitetura e a burocracia herdadas, embora com modificações, do tempo dos militares. O que parece evidente, quando discutimos a burocracia estatal, é a vasta influência do setor privado. Não que haja integração imediata do empresariado no interior dos órgãos estatais, mas certamente há uma profunda influência daquele nestes, o que significa que as burocracias, se são fechadas à sua renovação, sobretudo a burocratas de formação técnica distinta daquela hegemônica, elas, no entanto, são abertas à influência das forças econômicas, chegando a ser representantes de muitas delas. Ocorre mesmo que a burocracia esteja dividida segundo a competição econômica em vigor na área. Isso quer dizer que a chamada impessoalidade dos funcionários é um equívoco de base, embora a melhor forma de constituir o corpo de burocratas ainda seja através de uma formação técnica adequada. Mas, se a crise evidenciou a promiscuidade setor privado/burocracia, ela trouxe um outro item grave: a necessidade de que seja discutida e examinada a chamada ocupação do Estado pelos partidos vencedores e o fenômeno da negociação partidária de cargos. Cabe também salientarmos, por fim, que, na exigência de reforma do Estado, é preciso criar, sobretudo no campo ministerial, um ministro que faça, de forma explícita e autorizada pelo Presidente da República, se continuar o presidencialismo, a coordenação transversal dos ministérios, que há muito tempo o Ministério de Planejamento não tem mais poder para fazer.

A conclusão indispensável é que seja feita não só a reforma do sistema político (Legislativo e Executivo), como a reforma do Estado. Mas não podemos nos enganar nesse ponto. Ela está mais próxima do pensamento das finanças do que das outras forças, principalmente daquelas ligadas aos movimentos sociais. Só que essa reforma é uma imperiosidade que tem origem no triunfo do capital financeiro.

Sexto ponto: continua dentro da política nacional a evidência da insuficiência do presidencialismo, pois as crises nesse sistema paralisam excessivamente o País e são de mais difíceis soluções do que, teoricamente, no parlamentarismo. É um tema que continua a insistir na cena política brasileira, embora não haja nem apelo popular, afora um limitado apoio político, para a mudança do regime.

Sétimo ponto: aqui temos um dos problemas mais graves da realidade contemporânea. A campanha eleitoral permite, de um modo geral pelo lado da democracia, vitórias que sejam populares e favoráveis aos oprimidos, como foi a eleição de 2002. Mas, pelo fato de, na pós-eleição, haver uma ruptura entre o governante e as massas, ocorre uma apropriação do Governo por parte das forças econômicas, em certo sentido, perdedoras, mas que triunfam pela aproximação com o Estado, o que significa que há um comportamento eleitoral à esquerda e um desempenho governamental à direita. E esse é também um dos fatores da crise. E podemos dizer que, no horizonte dela, pode aparecer o tema da ampliação da democracia e que, junto com a democracia representativa, alguns elementos de uma democracia direta, como o referendo e o plebiscito, podem entrar no cenário da nova era que virá.

Conclusão

Os tempos em que vivemos são tempos das finanças. E o que aconteceu foi uma derrota ímpar da esquerda, dos trabalhadores e da população na disputa pelo Estado. A causa principal foi a incapacidade de unir o projeto nacionalista a uma estratégia nacional desenvolvida e bem articulada. Venceu a estratégia financeira, que se impôs bem antes de o Governo Lula ter começado, com os episódios do ataque das finanças ao Brasil e da **Carta ao Povo Brasileiro**. O resto foi uma questão de tempo. O compasso da tragédia foi duro: o Estado sucumbiu, dividindo-se em três, e, nas cercanias da Presidência, construiu-se um projeto de poder pelo poder, no vazio estratégico e no esfacelamento estatal. E porque não havia uma estratégia comandando, ou seja, não havia uma grande política, o navio foi invadido pela agitação dos gafanhotos da pequena política, daquela que fazia da corrupção seu dia-a-dia. E a crise apenas evidenciou o triunfo maiúsculo do capital financeiro, como também algo relativamente comum nas sociedades ocidentais, governos eleitos pela esquerda, mas governados à direita. O que significa tudo isso? Significa que, parodiando um autor do século XIX, temos, em verdade, algo muito preciso: a submissão do trabalho e do capital ao domínio das finanças. E, diante dessa realidade, só podemos perguntar se Shakespeare tem razão: "O resto é silêncio"?

Referências

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARGEM ESQUERDA. São Paulo: Boitempo, n. 4, abr. 2004.

MARGEM ESQUERDA. São Paulo: Boitempo, n. 5, maio 2005.

PAULA, João Antonio de (Org). **A economia política da mudança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, L. T. et al. **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SOUZA, Enéas de. Onde começa o Império. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 403-428, 2003.

SOUZA, Enéas de. Autonomia em tempos de guerra. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p.155-172, 2004.

SOUZA, Enéas de. Banco Central e o domínio invulgar das finanças. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André . (Org.). **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lageado: UNIVATES, 2005. (No prelo).

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.